

Princípio da personalidade ou da intrascendência

CF, Art. 5º, XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

(CESPE / CEBRASPE – 2018 – PCSE – Delegado de Polícia)

O princípio da individualização da pena determina que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, razão pela qual as sanções relativas à restrição de liberdade não alcançarão parentes do autor do delito.

Princípio da intervenção mínima

Criado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)

O Direito Penal é a *ultima ratio* na proteção dos direitos. Só deve atuar quando a criminalização de uma conduta for indispensável para proteger bens e interesses.

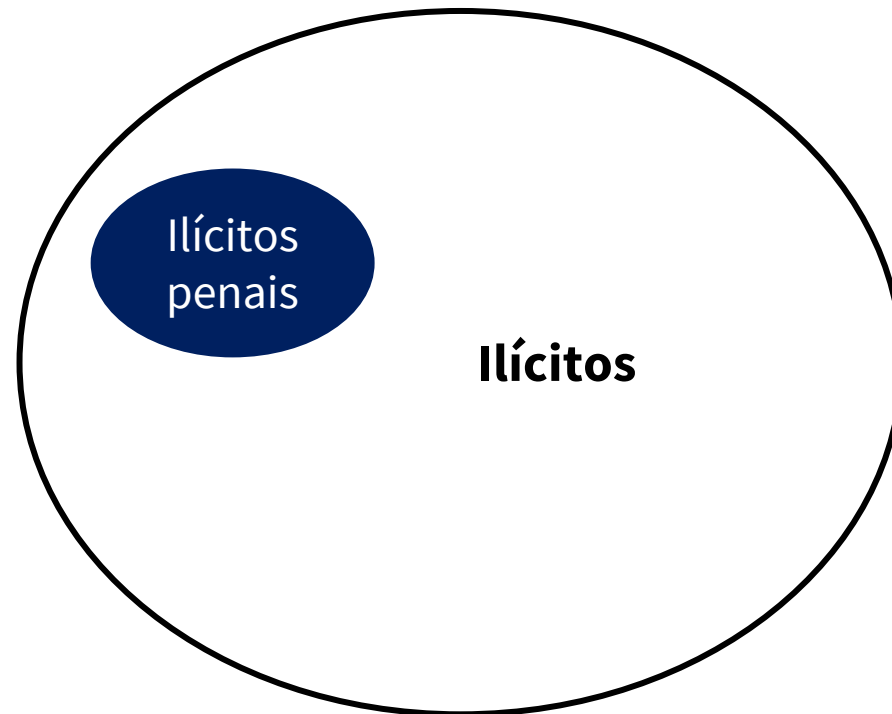
Subdivide-se em outros dois princípios:

- 1) Princípio da fragmentariedade
- 2) Princípio da subsidiariedade

Princípio da fragmentariedade

Nem todos os ilícitos configuram ilícitos penais.

Serão considerados ilícitos penais os que forem previstos em lei e que atentam contra valores fundamentais dos indivíduos e da sociedade.



Princípio da fragmentariedade

Fragmentariedade às avessas

Bens jurídicos antigamente tutelados pela lei penal que deixam de interessar ao Direito Penal

Ex.: crime de adultério (art. 240, CP) – Revogado pela Lei 11.106/2005.

Princípio da subsidiariedade

Só será objeto do Direito Penal os ilícitos que não são suficientemente repreendidos pelos demais ramos do Direito e demais meios de controle estatal.

Em outras palavras, o Direito Penal é o último recurso a ser lançado pelo Estado.

- 1) (FGV - 2022 - Senado Federal - Técnico Legislativo - Policial Legislativo) Assinale a opção que se relaciona ao *princípio da fragmentariedade* do Direito Penal.
- a) Considera-se praticado crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - b) A norma penal destina-se a proteger os bens jurídicos de maior expressão para a vida em sociedade, só se fazendo necessária quando os demais ramos do Direito sejam incapazes de combater com eficiência a conduta antijurídica.
 - c) Nos crimes em que se procedem mediante queixa, se um dos ofendidos concede o perdão ao ofensor, o exercício dessa faculdade não prejudica o direito dos demais quanto ao prosseguimento da ação penal.
 - d) Quando o agente, mediante um só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
 - e) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

- 2) (Quadrix - 2023 - CRM - MG – Advogado) Quanto ao princípio da intervenção mínima no direito penal, assinale a alternativa correta.
- a) O direito penal deve se preocupar com a proteção de todos os bens importantes e necessários à vida em sociedade.
 - b) É vedado ao direito penal ocupar-se de temas que já foram regulados por outros ramos do direito.
 - c) O princípio da intervenção mínima não tem aplicação no direito brasileiro.
 - d) O princípio da intervenção mínima estabelece que somente haverá crime se a vítima manifestar a intenção de que o autor do ilícito seja apenado.
 - e) O direito penal deve interferir o menos possível na vida em sociedade, devendo ser solicitado somente quando os demais ramos do direito, comprovadamente, não forem capazes de proteger os bens considerados como da maior importância.

Princípio da ofensividade ou lesividade

Não há que se falar em infração penal se a conduta não causar uma lesão ao bem jurídico tutelado ou, ao menos, o perigo de lesão.

Atenção

Espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal

O Direito Penal passa a se antecipar e punir condutas perigosas que têm potencial de gerar uma lesão futura. Ex.: crimes ambientais, crimes de perigo abstrato

Princípio da alteridade

Criador: Claus Roxin

- Ninguém será punido por ofender somente bens jurídicos próprios**

- 1) (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - Analista Judiciário) O princípio penal da alteridade expressa
- a) que ninguém responderá por um resultado absolutamente imprevisível se o seu comportamento não for motivado por dolo ou culpa.
 - b) a vedação constitucional da tortura e de tratamento desumano ou degradante.
 - c) a proibição da intervenção penal à conduta puramente subjetiva do agente, sem a efetiva lesão ao bem jurídico.
 - d) que nem toda ofensa ao bem jurídico protegido tipicamente é suficiente para configurar o injusto típico.
 - e) que o comportamento que se adéqua a determinada descrição típica formal, mas materialmente irrelevante, sendo socialmente permitido, não se reveste de tipicidade.

2) (CESPE / CEBRASPE - 2021 - MPE-SC - Promotor de Justiça) Acerca dos princípios constitucionais penais, julgue o item subsequente.

Nenhum dos princípios que regem o direito penal veda a criminalização, pelo legislador, da tentativa de suicídio, embora, no momento, esta conduta não esteja tipificada.

3) (CONSULPLAN - 2022 - MPE-PA - Analista Jurídico) Analise os itens a seguir, tendo como referência a principiologia do Direito Penal.

I. São requisitos essenciais para aplicação do princípio da intervenção mínima: nenhuma periculosidade social da ação, mínima ofensividade da conduta do agente, grau reduzido de reprovabilidade de comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

II. O princípio da insignificância confunde-se com o conceito das infrações de menor potencial ofensivo, haja vista que o Direito Penal não deve se ocupar de matérias sem relevância.

III. Do princípio da intervenção mínima se extrai a natureza subsidiária do Direito Penal. Desta feita o Direito Penal somente se apresentará quando os demais ramos do ordenamento jurídico se mostrarem insuficientes para a proteção dos bens jurídicos considerados de maior importância.

IV. O princípio da lesividade (*nullum crimen sine iniuria*) exige que do fato praticado pelo agente ocorra lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado. Sendo assim, a mera representação ou cogitação do fato criminoso é indiferente para o Direito Penal.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

3) (CONSULPLAN - 2022 - MPE-PA - Analista Jurídico) Cont.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.